



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

Reunião do Comitê do Programa Arpa

Brasília/DF.
15 de dezembro de 2014.

A reunião foi iniciada com apresentação dos representantes e membros do Comitê do Programa ARPA – CP, a qual seguiu-se fala de abertura pelo Secretário de Biodiversidade e Florestas – SBF/MMA, Sr. Roberto Brandão Cavalcanti, que desculpou-se por não ter sido realizada reunião do Comitê do Programa durante o primeiro semestre, em razão das intensas negociações da iniciativa Arpa para a Vida, que foram extraordinariamente bem sucedidas, e culminaram no compromisso da constituição de um Fundo de Transição que permitirá a continuidade do Programa pelos próximos 25 anos, e daí em diante.

Informou ainda que a partir de janeiro será retomado o calendário habitual de reuniões do Comitê do Arpa, e que o Comitê ampla autonomia para definir os temas destas reuniões, e a Unidade de Coordenação do Programa está a disposição para providenciar todos os materiais necessários para a discussão de cada item de pauta.

Destacou o compromisso do Governo Brasileiro com a continuação do processo de criação de áreas protegidas na Amazônia, por meio da criação, em outubro de 2014, mais 4 unidades de conservação de grande porte na Amazônia, sendo 3 na Amazônia Costeira, nas Resex e Manguezais do Pará, e há muito esperada e almejada Estação Ecológica de Maués.

Em seguida, a palavra foi passada ao Sr. Sergio Henrique Collaço de Carvalho, Diretor do Departamento de Áreas Protegidas – DAP, da SBF/MMA, que comentou que apesar das confirmações quanto a presença de membros do CP recebidas na semana anterior, alguns deste não conseguiram chegar. Afirmou que é papel do Comitê do programa acompanhar, monitorar, e coordenar a execução do Programa, e que o ano de 2015 demandaria bastante discussões e análise por parte do CP, de maneira que sejam realizadas reuniões com uma maior frequência, cuja proposta será apresentada em breve aos membros, com quatro (04) reuniões para o ano que vem, duas ordinárias e outras duas extraordinárias

Foi efetuada então a leitura da pauta do dia, e consultados os membros quanto a possibilidade de trabalhar-se a partir dessa, ou quanto a necessidade de sua alteração. Não havendo sido apresentada nenhuma proposta de adição, iniciou-se apresentação dos principais resultados do Programa no ano de 2013/2014. Em termos de criação a meta de 13.5 milhões de hectares criados até o final da fase II, ou seja, até o final do ano de 2015 vem sendo buscada por meio do apoio a 20 processos de criação, totalizando 6.9 milhões de hectares. Destacou-se que alguns



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

Reunião do Comitê do Programa Arpa

Brasília/DF.
15 de dezembro de 2014.

diagnósticos tornaram-se defasados, e precisaram ser refeitos para que possa-se avançar com os respectivos processos de criação.

Como últimos resultados foi destacada a já citada criação da Estação Ecológica Maués, no Estado do Amazonas, e também no Estado do Amazonas, da criação de da RDS Puranga-Conquista, com aproximadamente 60 mil hectares. Foi mencionado também que para que avançar ainda mais em criação o Arpa trabalhou em parceria com o Ministério do Desenvolvimento Agrário para acelerar o processo de destinação de terras públicas federais na Amazonas em favor do Ministério do Meio Ambiente. Como resultado deste esforço, no último ano de trabalho, o Arpa apoiou por meio da contratação de consultores para a elaboração de estudos técnicos para facilitar a criação e ampliação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC – na Amazônia, permitindo a destinação de 5.46 milhões de hectares na região da Transamazônica, ao Norte o Mosaico Tapuí. Parte desses hectares já estão incluídos na Estação Ecológica de Maué, que se estende por aproximadamente 648.000 hectares. Acredita-se que ter a dominialidade da terra já declarada pelo Ministério do Meio Ambiente facilitará sobremaneira o processo de criação, ou de ampliação de unidades já existentes.

Outro impacto digno de nota deste trabalho desenvolvido foi a regularização efetiva de algumas unidades no Estado de Rondônia, a partir do recebimento de pouco mais de um milhão de hectares de terra. Espera-se, assim, conseguir alcançar tanto as metas de consolidação, mas mais importante, ter argumentos para a apresentação de novas proposta de criação de unidades de conservação no âmbito federal

Em termos de recursos investidos, até o momento foram mobilizados aproximadamente R\$ 269.000,00, um volume relativamente pequeno frente aos bons resultados obtidos. Acredita-se que no próximo ano o Instituto Chico Mendes de Consevação da Biodiversidade – ICMBio – venha a acessar bastante desse recurso, principalmente para efetivamente criar unidades em cima dos 5.4 milhões de hectares que recebidos.

A Sra. Danielle Calandino, representante do Funbio, instituição responsável pela Gestão Financeira do Programa, expôs que precisam ser computados ainda 2 milhões de hectares de Unidades que foram criadas no âmbito do Arpa durante a Fase II, referentes basicamente a criação do Parque Nacional Matinguari. Destacou ainda que informações a este respeito podem ser verificadas por meio dos relatórios 2010-2013.



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

Reunião do Comitê do Programa Arpa

Brasília/DF.
15 de dezembro de 2014.

O Sr. Sergio Carvalho (MMA) afirmou que esta informação está sendo analisada, no que tange ao registro formal do reconhecimento ou não desta atividade apoiada para o atingimento da meta de criação da Fase II do Programa.

O Sr. Sergio Carvalho (MMA) retomou a apresentação tratando da meta de consolidação. Hoje das 54 Unidades de Conservação grau I, representando aproximadamente 25,8 milhões de hectares, quatro milhões de hectares já estão aptos a se consolidar, e 6 Unidades de Conservação já foram transferidas para execução da Fase III do Programa.

Planeja-se para o final do ano que vem o alcance das metas de consolidação, ou seja, que todos os vinte e três milhões de hectares de Unidade de Conservação se consolidem até o final do ano que vem. No entanto, alguns indicadores sugerem certa cautela.

A partir da FAUC aplicada agora em 2014, verificou-se um avanço significativo nas atividades de proteção, equipamentos, formação e funcionamento de conselhos. Pouco se avançou, porém, em sinalização, embora boa parte das unidades já tenham alcançado as metas de consolidação para sinalização. Verifica-se problemas também com a elaboração de planos de manejo e manutenção de equipe técnica mínima. No ano de 2015, será necessário melhorar o diálogo com os órgãos gestores e articulação da Fase III, no início do ano, com os novos governos, tanto Federal como Estaduais, reforçando a necessidade de alcance das metas de consolidação, principalmente questão de equipe técnica.

O Sr. Thiago Gil Barros, Coordenador do Programa Arpa (UCP/MMA), observou que em relação ao indicador plano de manejo, das 38 unidades que não têm plano de manejo em grau I, 24 já estão com esse instrumento planejado, e em elaboração.

O Sr. Sergio Carvalho (MMA) destacou que um dos grandes desafios do Programa é conseguir manter a equipe técnica na Amazônia, e que o restante das regressões observadas é inerente à forma de aplicação da FAUC, cujas respostas dependem muito do gestor que preenche a avaliação. Há consciência da necessidade de melhorar capacidade de análise dos dados da FAUC, além, é claro da melhoraria na sua frequência de aplicação, conseguindo de fato aplicar ela de 6 em 6 meses.



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

Reunião do Comitê do Programa Arpa

Brasília/DF.
15 de dezembro de 2014.

Há de se considerar também que o POA 2014-2015 teve sua execução de fato iniciada em abril, por uma série de atrasos no ciclo de planejamento, mas também para que se pudesse concluir a execução dos recursos previstos no POA 2012/2013.

Em relação a meta de consolidação de grau II, a meta é consolidar nove milhões de hectares, por meio do apoio a 37 unidades, correspondendo a aproximadamente a 26 milhões de hectares. Existem 428.000 hectares aptos a consolidar, em duas unidades, mas há boas expectativas de alcançar as metas até o final de 2015.

Em relação às metas que merecem atenção, novamente plano de manejo é uma delas, além da meta de demarcação, em função de uma pendência com o ICMBio, em função de entendimento da Coordenação de regularização fundiária de que a demarcação prevista para o Programa era uma demarcação total, de colocação de marcos em torno da Unidade de Conservação. Esse entendimento foi revisado no sentido de que a demarcação seria apenas uma demarcação estratégica nos pontos onde há conflitos entre Unidades de Conservação e a respectiva fonte de conflito. Então, com esse entendimento mais claro, foi possível avançar com a contratação de ações de demarcação, que não conseguíamos que essas ações fossem contratadas.

Quanto a parte de inventário, a pesquisa precisar acelerar; a equipe técnica apresentou um avanço modesto, sendo necessário aumentá-la. No restante dos marcos referenciais temos avançado com bastante tranquilidade rumo à meta de consolidar nove milhões até o final de 2015.

O Sr. Thiago Barros (MMA) realizou nova observação em relação aos planos de manejo, de que o indicador em questão era a revisão do plano de manejo, portanto cumpre destacar que 63% desses planos de manejo foram elaborados a menos de 5 anos, não necessitando ainda de revisão. Isso deve ter uma dinâmica nova nos próximos anos, à medida que a execução do plano vai apontando necessidade de reavaliação.

O Sr. Sergio Carvalho (MMA) afirmou que a execução está um pouco abaixo da expectativa, pois para que executássemos a totalidade dos recursos disponíveis no Programa para o ano que vem e alcançasse as metas planejadas, nós deveríamos ter uma execução anual de mais ou menos 30 milhões de reais. Isso deve aparecer bastante no ano que vem, que é o ano do planejamento do próximo POA, quando mesmo já garantida a Fase III do Programa, devemos ter ainda recursos remanescentes para execução pela Fase II, o que significa ter mais um ou dois anos de execução da Fase II. Esta situação vai demandar, inclusive um esforço maior de trabalho com o Comitê do



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

Reunião do Comitê do Programa Arpa

Brasília/DF.
15 de dezembro de 2014.

Programa para avaliarmos de maneira mais estratégica o que fazer com a Fase II e com a Fase III, e ver quais unidades permanecem na Fase II, ou seja, onde o recurso é melhor aplicado, em qual tipo de unidade ele é melhor aplicado. Hoje nós só passamos para a fase III unidades que estão consolidadas, mas ano que vem existe a possibilidade de ter que fazer esse jogo de manter algumas unidades na fase II, porque é melhor ficarem na fase II e algumas vamos passar imediatamente para a fase III. Então, esse é o cenário que se desenrola para o ano que vem por conta do trabalho de consolidação.

Antes de entrar na parte de Informes, foi então aberta a palavra para comentários sobre o relatório de execução. O Sr. Fabiano da Silva (FVA) pediu a palavra, indagando se a RDS Puranga-Conquista passa automaticamente a receber apoio do Programa, ou se isso precisa ser deliberado, bem como se ela continua podendo acessar o orçamento anterior.

O Sr. Sergio Carvalho respondeu que foi iniciado diálogo com o Ponto Focal do Programa no Estado do Amazonas, propondo-se trabalhar a gestão RDS Puranga-Conquista em conjunto com o Parque Estadual Rio Negro Setor Sul, da qual foi desmembrada. A operação seria semelhante a do Mosaico do Apuí, modelo mais simples para aprovação pelo Comitê do Programa, permitindo já no ano de 2015 a liberação de recurso como Mosaico. Estamos resgatando os critérios da ECI, precisamos um pouquinho para ter essa discussão, mas teríamos que abrir uma discussão estruturada aqui no Comitê do Programa para vermos como faríamos a adoção de novas unidades.

O Sr. Fabiano da Silva (FVA) informou que há uma tendência no Estado do Amazonas de desmembramento de UCs com vistas a resolução de conflitos decorrentes da incompatibilidade categoria definida durante processo de criação com os usos previamente existentes da áreas.

Outro ponto questionado foi em relação a revisão de planos de manejo quando da recategorização de UCs, quando em verdade a passagem de uma categoria para outra demandaria um esforço de análise maior do que uma simples revisão. Neste sentido, perguntou-se quanto ao andamento do desenvolvimento de um novo modelo para elaboração de planos, e se os planos que estavam já em vias de conclusão, serão postos novamente na agenda.

A este respeito a palavra foi passada a Sra Lilian Hangae (ICMBio), que informou em relação ao Parque Nacional de Anavilhanas o planejamento está considerando os desafios de gestão para viabilizar o uso público, de maneira que, independente de se chamar revisão, ele está focado nos



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

Reunião do Comitê do Programa Arpa

Brasília/DF.
15 de dezembro de 2014.

desafios atuais da unidade. Quanto ao segundo ponto questionado foi informado de que já há um marco novo para elaboração de plano de manejo, de maneira que os planos já em andamento estão sendo adaptados. Está sendo preparado um documento final com orientações estratégicas.

Está se trabalhando também com normativas relativas a diretrizes para o plano de manejo, com possibilidade de formação de equipe ampliada, contando assim com a participação também das coordenações regionais. Está sendo revisada também a IN sobre revisão de planos de manejo, em específico com alguns marcos orientadores.

Sem mais comentários acerca do Relatório, a reunião avançou para os Informes. O Sr. Thiago Barros (MMA) destacou que trata-se de um informe rápido, tendo em vista que esses documentos estão todos no site do Arpa. Em relação ao Fórum Técnico que reuniu-se em 30 de setembro, foi apresentado os principais pontos de mudança previstos para a Fase III do Programa, destacando as responsabilidades que estão surgindo agora em relação aos órgãos gestores e os ajustes que a relatoria vai impor a todos os colaboradores em termos de insumos a serem fornecidos aos pontos focais e às unidades de coordenação do Programa, para que se consiga enviar os relatórios ao Comitê do Programa e ao Comitê do Fundo de Transição.

Em relação ao próximo desembolso, referente ao biênio 2016/2017, foi destacado que o ICMBio tem que conseguir apresentar esses insumos em um prazo, configurando uma complexidade extra o fato de que esses têm que ser apresentados dados de contrapartida governamental já relacionados aos marcos referenciais no qual aquele recurso foi investido. Isso não acontecesse de forma automática dentro do ICMBio, ainda, mas enquanto essa adequação está sendo feita dentro do sistema de planejamento e execução, isso vai ser feito de maneira manual, para que os dados estejam disponíveis dentro do prazo determinado.

E um último item de discussão foram os contratos regionais, por meio dos quais busca-se desafogar um pouco as contas vinculadas do Programa para execução dos recursos, e tentar fazer para alguns itens, em especial embarcação, alimentação e comestível, contratos regionais que possam ser acionados pelas Unidades de Conservação eliminando essa necessidade de estar se buscando sempre três orçamentos em empresas da região para correr com todo um processo de contratação, que às vezes é moroso em face às necessidades do dia-a-dia. Acaba-se executando por conta vinculada, o que sobrecarrega o sistema do Funbio também.



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

Reunião do Comitê do Programa Arpa

Brasília/DF.
15 de dezembro de 2014.

O Sr. Sergio Carvalho (MMA) fez uma observação, em relação à questão da prestação de contrapartidas, informando de que foi possível coletar com todos os órgãos gestores a apresentação de detalhes sobre recursos aportados para o Programa na natureza de contrapartida no ano de 2014. Destacou que o ICMBio hoje consegue apresentar com bastante precisão o recurso aportado na contrapartida e o nosso desafio é conseguirmos nos aproximar dos Estados no ano de 2015 e conseguir revisar a sua forma de trabalho dos Estados com vistas a melhorar a capacidade de apresentação de informações sobre a contrapartida, necessárias para viabilizar os próximos desembolsos do Programa, já a partir do POA 2018/19. Então, esperamos abrir essa conversa bastante com os órgãos auditores no ano que vem, o ICMBio já está quase lá, tem um trabalho muito legal, melhorou muito, nós esperamos ter o apoio já com o WWF e tem recurso capturado para isso com o WWF para sentarmos com os Estados e tentar soluções para que tenhamos de fato a prestação de contas, gastamos tanto nas unidades do Arpa.

O Sr. Antonio Sena (ICMBio) esclareceu que o sistema do Instituto é muito bom, mas por ser vinculado ao Siafe, que não faz a classificação por marcos referenciais, é preciso fazer ainda um trabalho manual de classificação dos gastos. Outra questão é que a emissão de passagens e diárias se vincula ao servidor e não à unidade, dificultando a identificação do montante destinado a atividades realizadas no âmbito do Programa por servidores com colaboração eventual.

A Sra. Lilian Hangae destacou acreditar que os contratos regionais podem desonerar a conta vinculada e viabilizar a melhora da execução do Programa. Esperamos conseguir iniciar a implementação e operação via contratos regionais já no primeiro semestre do ano de 2015.

O Sr. Sergio Carvalho (MMA) explanou que na reunião do Comitê Deliberativo do Funbio propôs-se que início do ano 2015 houvesse uma discussão sobre como melhorar a eficiência do trabalho do programa Arpa. Outro ponto abordado, que faz parte dos Informes é que o Arpa vai ser auditado pela CGU em 2015, existindo a chance de ser questionado o modelo de operação via conta vinculada. Este é mais um dos motivos para que sejam viabilizados o mais rápido possível os contratos regionais do ano de 2015.

A Sra. Danielle Calandino (Funbio) argumentou que a estratégia previamente acordada para os contratos regionais era a implementação de um piloto no Rio Negro. No entanto, ponderou que poderia-se tentar já trabalhar em uma escala maior, pois o trabalho para firmar os contratos é



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

Reunião do Comitê do Programa Arpa

Brasília/DF.
15 de dezembro de 2014.

praticamente o mesmo. Destacou que ainda precisam ser levantadas algumas informações, seguido de um esforço de sistematização.

O Sr. Sergio Carvalho pediu para que fosse registrada essa possibilidade, e a discussão a este respeito fosse retomada na 1ª reunião do CP em 2015.

O Sr. Antonio Sena (ICMBio) afirmou que concorda com a idéia de tentar implementar logo um contrato maior para combustível, item que representa 30 a 40% da execução via conta vinculada. Como o ICMBio já tem um contrato nacional operando com combustível, as equipes já estão acostumadas a trabalhar com esse tipo de contrato.

O Sr. Sergio Carvalho concordou com a possibilidade de iniciar já por um contrato de maior abrangência territorial para o item combustível. Retornando a pauta, foi apresentado um resumo da última reunião do Comitê do Fundo de Transição, estrutura que passa a existir com a Fase III do Programa, operando em paralelo ao Comitê de Programa, e substituindo a atuação dos doadores isoladamente. A primeira reunião foi uma discussão mais enxuta de eleição de Presidente e Vice-Presidente do Comitê. O Comitê é presidido pela WWF Brasil, com representação do Paulo Sodré, que é um dos Conselheiros da WWF Brasil.

A segunda reunião foi uma reunião de trabalho, com a aprovação da proposta de orçamento a ser alocado nos dois primeiros anos, aproximadamente oito milhões de reais de orçamento para 2014/2015. Foi aprovada também uma medida provisional de que caso algumas unidades venham a se consolidar e consigamos adotar unidades novas e rolar unidades da fase II para fase III, principalmente porque algumas unidades da fase II têm recurso muito pequeno, que estão muito próximos a consolidar. O Comitê está bem disposto a adotar novas unidades e acelerar o gasto de recursos.

O Sr. Fabiano da Silva (FVA) indagou quem seriam os dois representantes do CP no CFT, ao que o Sr. Sergio Carvalho respondeu o governo tem direito a dois assentos Comitê do Fundo de Transição, o Ministério do Meio Ambiente e o Ministério do Planejamento. No entanto, durante as discussões do Regimento Interno foram feitas algumas alterações em função da pendência de aprovação do novo Decreto que regulamenta o Programa ARPA, e nomearia explicitamente o Ministério do Planejamento para o CFT. A alteração alterou a redação para “representante do Governo Brasileiro”, não necessariamente o Ministério do Planejamento.



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

Reunião do Comitê do Programa Arpa

Brasília/DF.
15 de dezembro de 2014.

Além dessas questões outra alteração importante de se registrar foi o reconhecimento de um assento para doadores privados brasileiros, como a Natura e Boticário, que estão avaliando a proposta de aportar três milhões e meio de dólares cada para o Programa. Ainda, foi assinado essa semana uma doação da Anglo American, que doou cinco milhões de dólares para o Programa. Espera-se com isso ter uma força para abrir novamente o diálogo com o setor produtivo brasileiro, que foi bastante refratário a pedidos de doação dessa natureza.

Foi aprovada também a nova política de investimento do Fundo de Transição, mantido a Pragma como gestora de ativos nacionais, que já vinha trabalhando com o Fundo de Áreas Protegidas, o FAP, e temporariamente pela gestão de recursos externos, enquanto é realizado processo de seleção específico para este tipo de recurso. Na oportunidade foi apresentada também uma atualização sobre o desembolso, demonstrando os avanços e indicando o início da execução dos recursos aprovados pelo próprio CFT em agosto de 2014.

A reunião foi interrompida por período de 10 minutos para o café.

O Sr. Thiago Barros (MMA) retomou a reunião com relato sobre reunião ocorrida em 1º de outubro, para o planejamento da execução da Fase III pelas 7 unidades de conservação aptas a fazê-lo. Durante a reunião foi possível incluir já no sistema CEREBRO do Funbio todas as informações relativas aos Planos de Trabalho e Planejamento de Insumos, abrindo-se prazo de trinta dias para adequações no sistema e validação. A execução propriamente dita do POA 2014-15 da Fase III, iniciou-se em novembro, com 5 das 7 unidades já executando, e as Resex de Rio Jutai e Rio Xingu, aguardam finalização da prestação de contas do POA anterior, relativo à fase II, para iniciar a execução do POA fase III.

Em relação ao próximo desembolso, deve-se observar uma rotina a ser trabalhada durante o ano de 2015, disparando a partir de maio, a aplicação das ferramentas FAUC e PEP, bem como o envio dos planos de consolidação por parte das unidades. Essas informações, então, vão ser inseridas na modelagem financeira do Programa, e juntamente com os relatórios que vão ser apresentados ao Comitê do Fundo de Transição, vão permitir que em outubro nós tenhamos uma decisão tomada em relação ao próximo desembolso para o biênio 2016-17. Aprovando-se a liberação do recurso, essas informações serão submetidas ao Comitê do Programa, e iniciará-se um novo ciclo de elaboração de Plano de trabalho, para início da execução em janeiro de 2016.



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

Reunião do Comitê do Programa Arpa

Brasília/DF.
15 de dezembro de 2014.

O próximo ponto da pauta foi um relato sobre a reunião da Comissão de Gestores, que aconteceu em seguida à reunião de planejamento, aproveitando já a presença de gestores das unidades na reunião de planejamento, tendo sido tomadas várias decisões pelo grupo, entre elas a definição de um plano de trabalho interno. Entre as demandas dignas de nota estão as relacionadas a equipe técnica e administrativa nas Ucs e nos Órgãos Gestores, mas também junto ao Funbio. Em relação ao Cérebro, houve reclamações a respeito de relatórios, que não são gerados de forma automatizada, como se espera que fossem, e quanto as informações sobre os saldos, desatualizadas em função de uma demora para que solicitações em andamento sejam lançadas no cérebro, por parte da equipe de compras. Como não há indicadores de não se têm informações sobre o processamento da solicitação, somente quanto ao resultado final Em relação a conta vinculada, foi novamente discutido a questão dos limites para execução via conta vinculada, a necessidade de capacitação dos servidores e as restrições para um servidor operar mais de uma conta vinculada ao mesmo tempo. Importante destacar que durante a reunião da Comissão de Gestores, a UCP e o Funbio estavam presentes, debatendo todos esses pontos e dentro do possível, definindo encaminhamentos ali mesmo.

Uma demanda que foi apresentada durante a reunião para ser trazida para o CP é quanto ao pedido de ajuste do valor das diárias de campo dos colaboradores (R\$ 90,00) para um valor equivalente às diárias pagas a servidores do Ministério, do ICMBio (R\$ 177,00). A este respeito, o Sr. Sergio Carvalho solicitou que a deliberação quanto a esta questão fosse inserida na pauta da 1ª Reunião do CP em 2015, devido a limitação de tempo no dia.

A Sra. Danielle Calandino (Funbio) relatou que há duas semanas ocorreu uma oficina interna de aprimoramento das rotinas do Funbio, a partir inclusive do que foi debatido na reunião da Comissão de Gestores e no estudo por eles apresentado. Em relação a visualização da tramitação das solicitações junto a áreas de compras, uma medida suficiente seria a adequação dos perfis de usuários para permitir esta visualização.

O Sr. Thiago Barros (MMA) apresentou então informações sobre a participação do Ministério e do Programa Arpa no Congresso Mundial de Parques, ocorrido entre 12 e 19 de novembro, em Sidney na Austrália, onde foi possível conhecer o que está sendo feito em termos de conservação em unidades e áreas protegidas mundo afora, e também mostrar para os demais países o que o



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

Reunião do Comitê do Programa Arpa

Brasília/DF.
15 de dezembro de 2014.

Brasil tem de experiências nos diversos temas relacionados à unidade de conservação, com destaque para a participação da UCP, ICMBio, Funbio, FVA e WWF durante o evento.

O Sr. Sergio Carvalho complementou a apresentação com suas impressões sobre o evento, destacando que apesar do Brasil ser reconhecido internacionalmente por seus esforços para conservação, ainda apresenta dificuldade de comunicar os resultados alcançados. Destacou ainda que o Programa precisa melhorar a sua visão e interrelação com o restante do Ministério e com outras agendas governamentais e sociedade civil.

O Sr. Fabiano da Silva (FVA) afirmou a sua concordância com os argumentos apresentados pelo Diretor de Áreas Protegidas, destacando que um dos gargalos hoje no Brasil é a falta de coordenação entre o setor ambiental, dificultando a interlocução com outros setores. Destacou ainda o significado estratégico que tem o componente 2.3. por se tratar de um dos únicos componentes que olham para o entorno, mostrando como diferentes áreas da proteção integral inclusive, tiveram seus objetivos de conservação atingidos e garantidos com base nesse tipo de investimento.

Um último ponto apresentado foi em relação à divulgação do programa, onde deveria-se buscar uma campanha de grande escala, tínhamos que acessar o grande público, ao invés de públicos tão qualificados como a OTCA, pois enquanto a população não souber o esforço que é feito haverá um apoio muito baixo, tanto popular, social, como dentro do Governo.

O Sr. Sergio Carvalho (MMA) afirmou que a evolução do Programa nos últimos doze anos, em diversos sentidos, inclusive, com a coragem de sentar com o Planejamento e discutir o Programa ARPA, também na parte de Comunicação, com previsão de recursos para montar uma campanha de larga escala, focada no público nacional, que não tem a menor ideia do que é unidade de conservação. O Ministério infelizmente não tem capacidade para executar tudo o que gostaria, e nesse sentido já vem entregando boa parte da execução federal ao ICMBio, nos permitindo mais dedicação a atividade de articulação e coordenação do Programa.

O Sr. Thiago Barros (MMA) abordou então o item seguinte na pauta do dia, relativo à oficina realizada no dia 25 de novembro, em Brasília, pelo WWF-Brasil, sob o título Cenários para Implementação da Fase III, cujo objetivo foi identificar os gargalos e oportunidades para implementar a Fase III no programa, considerando basicamente o cenário que os Estados vivem hoje, do ponto de vista técnico, gerencial, político e financeiro. Buscou-se identificar melhores



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

Reunião do Comitê do Programa Arpa

Brasília/DF.
15 de dezembro de 2014.

práticas e novas alternativas para monitorar a conservação da biodiversidade, implementar fontes de recursos estaduais, melhorar a gestão financeira, bem como para possibilitar o vínculo efetivo de profissionais nas unidades de conservação. Outro objetivo do encontro foi facilitar o acesso a essas informações, ao entendimento dos compromissos, regras e ferramentas novas da fase III e permitir com que possamos nos próximos dois anos, enquanto o ICMBio já inicia a rotina de relatoria da fase III, que os Estados possam começar a providenciar as adequações, que serão necessárias para daqui quatro anos, quando eles também tiverem que atender esses compromissos.

O próximo ponto de pauta, referente às alterações nas UCs, abordou a ampliação da Resex de Giruá, UC apoiada na fase II, desde novembro de 2011, cujo decreto de ampliação foi publicado em 13 de outubro de 2014, resultando em um acréscimo em área de 37.705 hectares. Outro caso foi o da UC Puranga-Conquista, concebida inicialmente sob o título de Cuieiras, cujo processo é apoiado desde a Fase I, que resultou em 6 mil hectares de saldo positivo, uma vez que parte de sua área já era contabilizada por meio do Parque Estadual Rio Negro Setor Sul. Por fim, destacou-se a criação da Resex Alto Maués, também de outubro, processo apoiado pelo Terra Legal, com área de 668 mil hectares. Em suma, o ganho de área para o Programa foi de 708 mil hectares.

O Srs. Sergio Carvalho (MMA) e Fabiano da Silva (FVA) retomaram discussão anterior destacando que mais do que o saldo líquido em área, é importante considerar o impacto positivo da resolução de conflitos de uso na região, facilitando assim o processo de consolidação. Essa análise é muito complexa, porém de suma importância. Não é nada trivial, porque envolve o processo legislativo e envolve necessariamente um amadurecimento muito grande da Política Nacional Unidades de Conservação, para que o ato da desafetação não implique perda líquida, ou perda de representatividade das áreas permutadas.

O Sr. Thiago Barros (MMA) apresentou então o item 4 da pauta, tratando de informações sobre fase III, o novo arranjo, as novidades, boa parte delas já divulgadas em outros fóruns do Programa. Destacou que a iniciativa do Arpa para a Vida, baseado na nova estratégia financeira, permitiu a criação de um fundo de transição, acompanhado de um aumento gradativo no aporte de recursos públicos para gestão e manejo, durante 25 anos, ao longo dos quais, o governo assumiria todo o custo de gestão das UCs a partir do orçamento próprio. Os objetivos desse



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

Reunião do Comitê do Programa Arpa

Brasília/DF.
15 de dezembro de 2014.

fundo de transição são: 1) viabilizar a criação de 6 milhões de hectares de 9 unidades; 2) completar a consolidação da 60 milhões de hectares de unidade de conservação, e manter essas unidades de conservação consolidadas em nível pleno de operação. O Comitê do Fundo de Transição é a instancia decisória do fundo, ele submetidos todos os relatórios relativos a execução do programa, e quem decide quanto a possibilidade de acesso a uma nova parcela dos recursos do fundo de transição ou não, mediante análise do desempenho do Programa a cada dois anos.

O Sr. Sergio Carvalho (MMA) apresentou, então, as principais novidades do Programa com o início da Fase III, indicando que a lista de equipamentos elegíveis foi substituída por uma lista de indicativa de equipamentos, acompanhada das respectivas especificações-padrão, que permitem agilizar o processo de solicitação dos itens mais recorrentes. Os limites orçamentários (tetos) para cada uma das UCs foi também revisto para a Fase III, cujo aporte efetivo é fortemente condicionando ao avanço na FAUC. Será realizado também verificação da execução com base no planejamento, não sendo possível pleitear recurso para atividade já financiada, mas não executada, em POAs anteriores. As atividades estarão vinculadas diretamente ao um Marco Referencial para o qual sua execução contribuirá, não existindo mais a figura de subprojeto. Destacou ainda que o Fundo de Transição apoiará basicamente a criação, consolidação e manutenção de UCs, não sendo previsto o apoio a outro tipo de atividade, como os componentes 2.2 e 2.3 da Fase II. Este tipo de apoio será negociado e apresentado ao parceiros gradualmente. Poderão ser apoiadas também atividades de manutenção de equipamento e instalações físicas, além da execução de atividades de monitoramento por parte das UCs grau I. Todos os marcos referenciais serão acompanhados por meio de doze (12) relatórios, com vistas a verificação do cumprimento das condições de desembolso por parte do Comitê do Fundo de Transição, já a partir de agosto de 2015, de modo que o CP possa discutir, debater, validar, fechar a proposta de orçamento para o próximo biênio, e apresentar ao CFT

Em seguida, o Sr. Sergio Carvalho fez um informe sobre o Projeto Terra do Meio - PTM, executado até então com forte alinhamento ao Programa ARPA. O PTM não foi prorrogado pela Comunidade Europeia, devido a uma série de problemas de execução por parte do MMA, do Funbio e do ICMBio, mas também em função da burocracia da Comunidade Europeia. A UCP está tentando remanejar atividades apoiadas pelo PTM para o ARPA, de maneira a minimizar os prejuízos, mas algumas atividades, e em alguns casos, todas as atividades de algumas UCs serão



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

Reunião do Comitê do Programa Arpa

Brasília/DF.
15 de dezembro de 2014.

interrompidas. O MMA está tentando fazer uma captação de recurso em outras fontes, para cobrir a lacuna criada com a não prorrogação do Terra do Meio.

O Sr. Francisco Gaetani, Secretário-Executivo do MMA, iniciou sua fala narrando o grande esforço de repactuação do Programa Arpa, e ponderando que o ICMBio deveria se empoderar mais da gestão e execução do Programa, e tanto ele quanto o MMA mudarem a postura em relação a disponibilidade orçamentária e execução do recurso de Projetos. Destacou a necessidade do MMA discutir em profundidade como aumentar a execução do Programa, que foi desenhado com recurso externo, órgão implementador fora do Governo, não se utilizando das regras estabelecidas pela Lei nº 8.666. Reafirmou a necessidade de envolver os órgãos estaduais de meio ambiente, para que se capacitem e estruturem a fim de permitir um ganho de execução do Programa, aproveitando esta janela de oportunidade que o recurso do Fundo de Transição nos apresenta.

O Sr. Fabiano da Silva (FVA) pediu a palavra, afirmando que o Programa tem tido avanços interessantes, e que apesar do Arpa para a Vida ter sido uma estratégia muito bacana, de que deveríamos ter estratégias mais robustas de investimento no entorno das UCs, nas populações das comunidades, que eu acho, que é de onde vem grande parte das demandas, grande parte da dificuldade de gestão inclusive. Citou como exemplo as atividades executadas no âmbito do componente de gestão integrada, que ainda não há previsão dentro da estrutura da Fase III, destacando que ao se investir no entorno, com vistas a diminuir as pressões externas, grande parte da energia gasta na gestão não é gerada dentro da UC. Outro ponto importante é exclusão da participação da sociedade civil do programa, que fora sua participação no CP, praticamente não apresenta mais pontos de interface. Ponderou que ao viabilizar a participação de atores externos poderia se aumentar a capilaridade do Programa, além de aumentar o conhecimento da sociedade sobre as iniciativas de conservação.

Sobre os argumentos apresentados, o Sr. Francisco Gaetani (MMA) comentou que esta discussão deve-se dar no âmbito do CP, e eventualmente culminando na revisão das normas do Programa. Afirmou ainda que a coordenação formal é difícil, mas a coordenação tácita é possível e desejável, cujo processo de construção envolve os atores da ponta, de Brasília, dos governos estaduais. Finalmente, destacou que tanto o MMA quanto o ICMBio possuem em sua estrutura



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

Reunião do Comitê do Programa Arpa

Brasília/DF.
15 de dezembro de 2014.

interna setores responsáveis pela interface com os movimentos sociais e a sociedade civil organizada, sugerindo que se busque intensificar essa coordenação.

O Sr. Fabiano tratou ainda da importância das ações contínuas de treinamento e capacitação, bem como sob a oportunidade de captação de recursos junto a SUFRAMA, que dispõe de orçamento dedicado a P&D que é timidamente executado.

O Sr. Marco Lentini (WWF) introduziu à discussão a questão da contrapartida dos Estados ao Programa, em específico os resultados da oficina Cenários para Implementação da Fase III.

O Sr. Francisco Gaetani (MMA) destacou que os estados da Amazônia irão receber de algo próximo 90 milhões provenientes do Fundo Amazônia, em princípio para cuidar do CAR, sendo possível estabelecer uma conexão direta entre unidade de conservação e CAR, e intensificando sinergias entre o CAR e o Programa. Solicitou ao WWF que auxiliasse na qualificação desse processo, principalmente em relação à especificação e à canalização desses recursos para algumas utilizações mais apropriadas.

O Sr. Sergio Carvalho informou da expectativa do MMA de estabelecer uma rotina de visitas aos representantes dos governos estaduais, uma vez consolidado o processo de transição política em nível federal e estadual, de modo a intensificar a relação entre os parceiros do Programa.

O Sr. Thiago Barros (MMA) abriu então a discussão da proposta de calendário de reuniões do Comitê do Programa para o ano de 2015, destacando que a mesma foi construída tendo em vista o calendário de reuniões de planejamento do programa e também as reuniões do CFT, cujo calendário já foi definido. **Após breve discussão, o CP aprovou o calendário conforme proposta apresentada pela UCP.**

O Sr. Sergio Carvalho passou então a discussão sobre os critérios para entrada de novas UCs no Programa, pontuando que a UCP está buscando reconstruir o processo de construção da fase II, quando da inclusão de novas unidades no programa, para apresentação de proposta sólida ao CP, com critérios objetivos e claros para a seleção de UCs

O Sr. Thiago Barros (MMA) relatou que a UCP realizou um esforço para tentar resgatar todos os critérios que um dia já foram utilizados para seleção de UCs e adoção pelo Programa, critérios estes listados aqui na apresentação: categoria elegível, a localização predominante dentro do bioma Amazônia, prioridade para áreas inseridas nos polígonos definidos pelo mapa de áreas



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

Reunião do Comitê do Programa Arpa

Brasília/DF.
15 de dezembro de 2014.

prioritárias para conservação, e com base na estratégia de conservação e investimento (ECI), e o seu status presente de consolidação, caso ela fizesse parte do Programa. Um grande gargalo da ECI inicialmente, era a questão de recurso disponível, e esse gargalo, foi bastante atenuado a partir da fase III, onde têm-se uma quantidade considerável de recurso disponível.

Outros critérios identificados foram ter se realizado consulta pública para o processo de criação, não requerer-se deslocamento de população ou aquisição de áreas, além de equipe mínima e área mínima, com metas ainda a definir.

O Sr. Sergio Henrique (MMA) argumentou que critérios como exigência de consulta pública, e evitar-se processos de deslocamento de população, embora façam parte de salvaguardas, podem ser abordadas pelo cumprimento da legislação nacional, que já prevê estas questões e como tratá-las quando do processo de criação de UCs. **Solicitou ainda a inclusão de critério relativo a manutenção do equilíbrio entre UCs de proteção integral e de uso sustentável no Programa.** Foi abordada ainda questão relativa a sobreposição de UCs e Terras Indígenas, destacando que caberia ao CP discutir como endereçar esta questão na Fase III.

A este respeito o Sr. Fabiano da Silva (FVA) destacou que a observância dos critérios apresentadas pela UCP poderá favorecer a entrada de UCs de Usos Sustentável.

A Sra. Lilian Hangae argumentou que a questão da sobreposição vem sendo tratada por um grupo de trabalho com a FUNAI nos casos em que há a possibilidade de gestão, de fato, compartilhada. Levantou ainda a possibilidade de apresentação de uma carta do Órgão Executor do SNUC e da FUNAI afirmando a possibilidade de execução de gestão ambiental conjunta, minimizando o risco de conflito decorrente de sobreposição de área.

O Sr. Sergio Carvalho (MMA) reconheceu que não há proibição de se trabalhar em áreas de sobreposição, lembrando que esta foi uma opção para Fase II, de maneira a evitar-se qualquer tipo de conflito. Atualmente é possível abrir um diálogo com os doadores apresentando caso a caso as possibilidades de trabalho. Destacou ainda que para o atingimento da meta do Programa, o ARPA deveria apoiar 60 milhões de hectares. Hoje contabilizasse algo em torno de 52 milhões de hectares, com perspectiva de incorporação de 6 milhões de hectares em novas áreas em processo de criação. Restaria, portanto, janela de oportunidade para a inclusão de 2 milhões de hectares em áreas já criadas.



**GOVERNO FEDERAL
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE**

Reunião do Comitê do Programa Arpa

Brasília/DF.
15 de dezembro de 2014.

A Sra. Danielle Calandino (Funbio) solicitou a inclusão do critério de representatividade de ecossistemas em relação ao conjunto já apoiado pelo Programa, de modo a permitir a seleção entre as diversas propostas que vierem a ser apresentadas.

O Sr. Thiago Barros (MMA) apresentou então, um fluxo propositivo para o processo de adesão de novas UCs, a ser discutido com maior profundidade em janeiro de 2015.

Em relação ao item de pauta Assuntos Gerais, o Sr. Fabiano da Silva (FVA), apresentou uma Moção do Mosaico do Baixo Rio Negro feita em março/abril de 2014, reivindicando apoio para a gestão compartilhada dentro do programa, e retomou a discussão sobre um mecanismo de apoio ao processo de criação de UCs.

O Sr. Sergio Carvalho informou que está sendo discutido a elaboração de um edital aberto para apresentação de propostas pelo Órgão Gestor, contando com critérios para a seleção. Essa discussão deverá ser realizada na próxima reunião do CP, em janeiro de 2015.

O Sr. Fabiano da Silva (FVA) destacou a importância de haver uma análise estratégica das propostas, canalizando recursos para aquelas que de fato tenham chance de saírem do papel, aumentando o impacto do recurso empregado.

O Sr. Marco Lentini (WWF-Brasil) indagou quanto a data prevista para a realização da Missão de Avaliação do Banco Mundial, destacando que o Sr. Paulo Sodré, presidente do WWF-Brasil, está bastante interessado, ao que o Sr. Sergio Carvalho (MMA) respondeu que espera poder faz lo ainda nessa semana, a fim de poder confirmar data na agenda de todos os envolvidos.

O Sr. Sergio Carvalho (MMA) retomou a palavra, e não havendo mais nada a discutir, agradeceu a todos os presentes, e pediu novamente desculpas pelas falhas e dificuldades no ano de 2014, afirmando que o Ministério não pode se furtar a operar o programa da maneira prevista, sendo o Comitê do Programa uma de suas peças-chave programa, inclusive, por garantir transparência e participa o. Despediu-se desejando a todos um feliz natal e feliz ano novo, e lembrando que em 22 de janeiro de 2015 ocorrerá a 1  reunião do CP de 2015.